



NOTA TÉCNICA SOBRE O PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E A FORMAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, é possível afirmar que, dentre outros movimentos, experiências e formulações importantes constituintes do Movimento pela Reforma Sanitária, algumas práticas de Extensão Universitária tiveram um papel significativo para a constituição da Saúde Coletiva no Brasil. Especialmente a partir da década de 1970, diferentes iniciativas extensionistas (muitas das quais ainda com caráter informal e não institucionalizadas) garantiram oportunidades de inserção de estudantes, docentes, pesquisadores e profissionais da área de saúde em diferentes contextos, vivenciando a realidade do povo brasileiro e propiciando a comunicação e o diálogo com as necessidades das pessoas, bem como os seus saberes e suas ações de cuidado de saúde comunitária, adensando a conexão desses atores com as lutas sociais populares, em especial a busca pela afirmação e conquista da saúde como direito. Foi por meio da Extensão, entendida como mergulho de estudantes na realidade social e também compreendida como comunicação com os sujeitos dessa realidade, que muitas das lideranças da Saúde Coletiva brasileira iniciaram sua jornada formativa e suas experiências profissionais (Cruz e Vasconcelos, 2017).

Também por isso, pode-se dizer que foi na área da Saúde, em especial com a Saúde Coletiva, que muitas experiências de Extensão Universitária passaram a ser mais desenvolvidas, aperfeiçoadas, sistematizadas e adensadas, do ponto de vista teórico e metodológico. A conexão humana singular favorecida pelas práticas extensionistas em Saúde Coletiva mobilizava a criação de uma relação de confiança e reciprocidade no contato dos extensionistas com os processos de saúde/doença das populações, tendo contato com crises, sofrimentos, dilemas e dificuldades sociais graves, oportunizando intensa inserção comunitária, fortalecimento de sociabilidades marcadas pelo vínculo afetivo e uma relação de trabalho permeada pela cooperação, pela construção compartilhada e pela amorosidade. Com isso, muitos projetos de Extensão na Saúde Coletiva, especialmente desde os anos de 1980, passaram a ser reconhecidos como metodologias extensionistas e de formação profissional socialmente referenciada por todo o país, fazendo das práticas de Extensão realizadas nos contextos da Saúde Coletiva destaques no que se refere às potencialidades e ricos desdobramentos da inserção curricular da Extensão nos cursos superiores da área da saúde (Cruz e Vasconcelos, 2020; Fleuri, 2019).

A Extensão Universitária está inserida na Constituição Federal Brasileira de 1988 através do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prevista no Art. 207. Configura-se como um movimento estratégico de aproximação, comunicação e oportunidade de diálogo entre a universidade/sociedade para a transformação social. Mas para compreender a Extensão, é preciso pensar sobre algumas perspectivas, sabendo que todas elas estão em diálogo com os processos de formação universitária que, no Brasil, vem sofrendo influências e disputas políticas históricas, a partir de tensionamentos entre

diferentes concepções de educação, como a libertária/popular versus a educação hegemônica tradicional/bancária (Brasil, 1988; Freire, 2013; Freire, 1996).

Como marco institucional, desde 1987, o Fórum de Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX se apresentou como ator essencial nessa construção, ressignificando, impulsionando e formalizando a Extensão para dentro das instituições e como via para a comunicação com a sociedade. A valorização institucional da extensão, o respeito e a força política que ela tem se enraizou no conceito: "processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade" (FORPROEX, 2007, p.12).

Em processo protagonizado pelo FORPROEX, em 2012 foi aprovada a Política de Extensão Universitária no XXXI Encontro Nacional/Manaus/AM, antecedida pelo Plano Nacional de Extensão de 1999, e que refletiu acúmulos gestados nas discussões prévias no XXVI Encontro Nacional, novembro/ 2009/ RJ e no XXVII Encontro Nacional do FORPROEX, Fortaleza /CE/2010.

Foi a partir de 2018 que a Política de Extensão ganhou impulso com a Resolução 07/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que aprovou a inserção curricular obrigatória da Extensão em todos os cursos de Ensino Superior no Brasil, públicos e privados. Ao instituir as diretrizes para a implementação nas IFES, a Resolução implicou também o compromisso de, até ao final de 2022, orientar os processos de curricularização da extensão voltados para: a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade; a formação cidadã dos estudantes; a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a articulação entre ensino/extensão/pesquisa; ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Neste percurso, é importante lembrar que o cenário político que propiciou a inserção da estratégia de implantação da Extensão curricularmente, iniciou atrelada a um governo comprometido com o fortalecimento dos direitos sociais e defesa da democracia, com o apoio institucional de reformulação dos currículos, problematização e mudanças pedagógicas voltadas para estruturas menos tradicionais e fechadas, e reformas curriculares, estimulando uma formação em saúde mais crítica, problematizadora e engajada com os problemas sociais. A partir do golpe institucional de 2016, houve uma desaceleração desses processos, principalmente nos setores de saúde e educação, com a ascensão assustadora de grupos ideologicamente organizados que passaram a defender a educação tradicional e conservadora, no modelo clássico jesuíta com ataques e ameaças aos processos pedagógicos geradores de ação-reflexão- ação.

Esta percepção política é essencial para compreender o contexto e o ritmo do processo que envolve a Extensão Universitária na estrutura institucional das Instituições de Ensino Superior desde sua origem. A concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB,1996) reconhece a Extensão como parte integrante da estrutura da formação em nível superior, contudo é somente em 2014 que a extensão é inserida com um eixo institucional com a sua inclusão como *Meta 12, da Estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação* (Lei, 2014).

Neste cenário, ressaltamos a atuação atenta e de resistência da Abrasco, pelas suas instâncias e, especialmente, por meio do GT Educação Popular e Saúde fomentando, apoiando e promovendo reflexões-ações na perspectiva de valorizarmos a extensão,

articuladamente aos debates sobre formação e estratégias pedagógicas em Saúde Coletiva nos cursos da área da saúde.

O PROCESSO DE DISCUSSÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA ABRASCO

No contexto da atual gestão da Abrasco, foi inserida, na Carta de Compromissos em Julho/2021, a ampliação dos debates em torno da importância da Extensão Universitária na Saúde Coletiva, na perspectiva de promover o diálogo entre a universidade e os movimentos sociais, tendo na educação popular, especialmente na perspectiva freiriana, um referencial destacado, na direção de metodologias extensionistas dialógicas, participativas e socialmente compromissadas.

A Extensão Popular, a partir da proposta freiriana, é o ponto de partida para o início do fazer extensionista. É na realidade social que os projetos se iniciam e fortalecem, encontrando respaldo ético e político nas universidades. As atividades iniciais extensionistas populares se deram no contexto da Ditadura Militar, envolviam jovens, trabalhos sociais e comunitários, entidades religiosas e políticas e participação social com professores(as), estudantes e técnicos(as) universitários(as). Esses grupos entendiam ser função social da universidade contribuir para a superação da fome e dos problemas sociais (Cruz e Vasconcelos, 2017; Melo Neto, 2014).

Desde 2022, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), reafirmando seu compromisso político e social com a formação profissional posto na Carta de Compromissos proposta de nossa atual gestão, através de um espaço compartilhado entre a Diretoria e vários de seus Grupos Temáticos, Comissões e Fóruns, vem pautando debates e reflexões em torno da Curricularização da Extensão nas graduações e pós-graduações e os desafios, potencialidades e as possibilidades postas diante da formação em Saúde Coletiva para todos os níveis e profissões da saúde.

Inicialmente, foi realizada no segundo semestre de 2022 uma Série de Ágoras em torno dessa temática, as quais foram planejadas, coordenadas e desenvolvidas por representantes de variadas instâncias e espaços da Abrasco, trazendo também convidados(as) de outras instituições e movimentos que venham discutindo e refletindo sobre essa questão. Essa série resultou na realização de 04 Ágoras, com conteúdos densos, provocativos e reflexivos na direção de tanto problematizar os caminhos atuais da Extensão e sua curricularização na Saúde Coletiva, como de apontar estratégias e experiências históricas e atuais relevantes no sentido de compartilhar experiências e contribuir com o aprimoramento dos processos realizados por diferentes sujeitos de regiões e instituições de ensino do país.

Ante ao exposto, considerando o desejo de sistematizar os conhecimentos e as potentes reflexões tecidas na Série de Ágoras de 2022, como também de continuar alimentando e aprofundando o debate no atual contexto de 2023, a Abrasco, através de representantes da Diretoria e de diferentes GTs, Comissões e Fóruns, dará sequência a esse processo coletivamente construído de discussão.

Para tanto, foram realizadas em 2023 oficinas internas aos membros da Diretoria e de diferentes GTs, Comissões e Fóruns da Abrasco, bem como uma nova Série de Ágoras.

Todo esse processo está sendo apoiado pelo Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que tem consolidada trajetória de

pesquisa e produções em torno da temática da Extensão, desde 1999. O EXTELAR contribuirá na sistematização das Ágoras 2022 e 2023 e no delineamento de dois produtos: um Caderno de Curricularização da Extensão em Saúde Coletiva (sistematização das Ágoras 2022), e um Dossiê Temático em Revista da Área (sistematização das Ágoras 2023).

PROPOSIÇÕES DA ABRASCO PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fundamentalmente, chegou-se, nessa Série, ao entendimento de que é central que as pessoas envolvidas no debate, e suas instituições, reflitam profundamente não tanto sobre como curricularizar a Extensão, mas sobre que perspectivas teóricas, metodológicas e políticas de Extensão se deseja curricularizar, de modo a se pensar as epistemologias, ontologias e metodologias das práticas extensionistas, as abordagens educativas e as intencionalidades e compromissos sociais das mesmas.

Entendemos que a Abrasco tem um importante papel político em protagonizar o processo de acompanhamento da proposta da curricularização da Extensão na formação em Saúde Coletiva, para todas as profissões da saúde, a fim de colaborar para que a natureza da prática extensionista seja preservada, aprimorada e fortalecida ao longo do processo, sem perder de vista o diálogo, indissociável, com o ensino e a pesquisa para a transformação social na (re)construção de uma sociedade democrática, inclusiva e justa.

A Extensão nos provoca ponderar que, por mais profundo, rigoroso e pertinente que possa ser, o conhecimento científico pouco terá utilidade e sentido se não for produzido e aplicado de forma contextualizada a cada realidade. As experiências de Extensão curricularizada podem, assim, deflagrar abordagens e perspectivas nas quais o conhecimento científico possa ser produzido e aplicado de uma forma construtiva e propositiva. Assim, a ciência não deixa de ser aplicada e de ter um sentido importante na construção das ações de saúde nos territórios, mas essa aplicação passa a não se dar apenas de uma forma mera e puramente técnica, feita e imposta independente do contexto. É uma aplicação edificante por ser construtiva e feita de acordo com os saberes e as experiências, os tempos e as especificidades de cada contexto, de cada comunidade, de cada território.

Assim, enquanto Abrasco, posicionamo-nos a favor de projetos e programas de Extensão que valorizem práticas educativas em saúde de forma compartilhada e dialógica com a população. Com isso, aos poucos, desconstruindo perspectivas de educação em saúde predominantemente normativas e prescritivas. Sugere-se a ampliação do debate e das reflexões em torno do tema em nossa comunidade acadêmica, de maneira que se propicie uma maior difusão de experiências participativas e dialógicas de Extensão, calcadas nos processos de construção social e coletiva das ações de saúde, reconhecendo inclusive o papel de pessoas (lideranças comunitárias e profissionais de saúde) que já vinham tendo uma atuação central na saúde em seus territórios. Em todos os territórios, principalmente naqueles que convivem com exclusão social, sempre tivemos pessoas dentro das comunidades que se dedicaram a cuidar das outras e articular possibilidades e estratégias de resistência, de enfrentamento aos processos de vulnerabilização social da população.

Em nosso olhar, a inserção curricular da Extensão pode, na essência de sua proposta, desenvolver iniciativas de promoção da Saúde de forma ampla em cada território e cada equipe, de maneira a corroborar a possibilidade dos serviços de saúde serem, também, centros de referência e de apoio social para que a comunidade, as várias instituições presentes em cada território, possam ter apoio na construção de projetos para enfrentamento aos problemas sociais, econômicos e políticos presentes em cada realidade e, dessa maneira, enfrentar os determinantes do processo saúde-doença, galgando possibilidades em que esses territórios possam ser saudáveis e sustentáveis.

Não obstante, é central ponderar a relevância de que tais práticas extensionistas contemplem dinâmicas e procedimentos que promovam, o mais possível, o protagonismo dos(as) estudantes e suas possibilidades de exercitar um olhar crítico, pró-ativo, criativo e propositivo ante a realidade social e os necessários enfrentamentos e trabalhos demandados para a superação de seus principais desafios.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Nessa direção, urge que os processos de inserção curricular da Extensão não se reduzam à creditação da mesma, ou a disciplinarização dessa importante dimensão universitária, de modo a prevenirmos a presença da Extensão nos currículos de forma apenas entendida como uma disciplina, evitando-se, assim, a "burocratização" da Extensão, pois isso anula seu potencial transformador.

Convidamos toda a comunidade da Abrasco a participar também desse novo ciclo de debates e acompanhar seus desdobramentos. Centralmente, estamos profundamente dedicados(as), afetados(as) e provocados(as) a pensar em caminhos e iniciativas que promovam práticas e experiências de Extensão orientadas por uma metodologia dialógica, socioculturalmente sensível, participativa, decolonial e socialmente referenciada, situada na ótica da construção compartilhada e engajada do conhecimento e da ação social.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BRASIL. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014b

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Caminhos da Aprendizagem na extensão universitária: reflexões com base em experiência da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)**. São Paulo: Hucitec Editora, 2017.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; VASCONCELOS, Eymard Mourão. Desvelando processos formativos das práticas extensionistas em Educação Popular na saúde.

Interagir: pensando a extensão, [S. l.], n. 27, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.12957/interag.2019.43065>

FLEURI, Reinaldo Matias. **Conversidade:** diálogo entre universidade e movimentos sociais.

João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. 145 p. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/196054/lp2019_Conversidade-Ed%20CCTA.pdf?sequence=1&isAllowed=y

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores e Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária:** organização e sistematização. Fórum de Pró-Reitores e Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Org. Edilson José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão popular.** 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2014.

Disponível em:

<https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/extensao-popular/extensao-popular.pdf>

REFERÊNCIA SUGERIDA

PRADO, Ernande Valentin do; VASCONCELOS, Eymard Mourão; TÓFOLI, Adriana Maria Macêdo de Almeida; CARNEIRO, Daniela Gomes de Brito; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro Cruz; SARMENTO, Darlle Soares; COSTA, Luana Jesus de Almeida da; BOTELHO, Bruno Oliveira de; ALENCAR, Islany Costa; SOUSA, Luciana Maria Pereira de (orgs). **Caderno de extensão popular:** textos de referência para a extensão universitária. Projeto de pesquisa e extensão VEPOP-SUS Vivências de extensão em Educação Popular e saúde no SUS. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. 500 p. Disponível em:

<http://www.ccm.ufpb.br/vepopsus/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Extens%C3%A3o-Popular-textos-de-refer%C3%Aancia-para-a-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-Ed-CCTA-2017.pdf>

—

O processo de construção dessa Nota foi coordenado pelos(as) seguintes membros(as) da Abrasco: Vanessa de Almeida (UFMG/GT de Promoção da Saúde); Reni Barsaglini (UFMT, Fórum de Graduação em Saúde Coletiva e GT Racismo e Saúde); Eliana Goldfarb Cyrino

(Faculdade de Medicina de Botucatu da UNESP/ Fórum de Graduação em Saúde Coletiva);
Marília Louvison (FSP/USP, Fórum de Graduação em Saúde Coletiva), Anelise Rizzolo
(UnB/GT de Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva), Pedro Cruz (UFPB/GT de
Educação Popular em Saúde) e Nivaldo Carneiro Junior (Faculdade de Ciências Médicas
da Santa Casa de SP/Comissão Política, Planejamento e Gestão em Saúde), com apoio da
pesquisadora Aline Zorzi Schultheis de Freitas, do Grupo EXTELAR/UFPB.